

**CACICAS DO VELHO CHICO, BA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE
TERRITORIALIDADES**

Gisele das Chagas Costa

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V. Pesquisadora da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino-Americano (REGGSILA).

E-mail: gceduc@gmail.com

Regina Celeste de Almeida Souza.

Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa em Turismo da Universidade Salvador (UNIFACS).

E-mail: reginaceleste009@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os processos violentos pelos quais os povos indígenas passaram ao longo da formação do território brasileiro redundou em uma depopulação dos povos originários com perda significativa de etnias e da diversidade sociolinguística no país. Atualmente, a população indígena, que corresponde a 0,4% da população nacional (IBGE, 2012) está crescendo, devido a dinâmica populacional e também ao aumento de pessoas que se autodeclararam indígenas no último censo nacional.

Ao comparar as 817,9 mil pessoas que se declararam indígenas no Censo de 2010 com a estimativa da população indígena no início da colonização portuguesa, no século XVI (2.000.000 pessoas indígenas) fica evidenciado o genocídio a que os povos indígenas foram submetidos ao longo da história de formação territorial do Brasil.

No nordeste brasileiro, os caminhos percorridos pelos povos indígenas são marcados pela resistência ao genocídio e políticas institucionais de assimilação cultural. Resilientes, esses povos vêm construindo suas territorialidades em uma perspectiva múltipla, diversa e complexa, reafirmando sua identidade como um dos mecanismos para ultrapassar o violento processo de invisibilidade imposto historicamente pelo Estado brasileiro.

Esse trabalho discute aspectos relacionados à resistência e construção de territorialidades indígenas sob a ótica feminina, apresentando parte dos resultados e

conclusões obtidas em uma pesquisa de doutorado na área de desenvolvimento regional. A pesquisa, realizada no período 2012 – 2016, analisou as relações intrínsecas entre as categorias territorialidade e gênero, uma vez que se observa, no submédio São Francisco, BA, a emergência de mulheres em postos de liderança na lógica da estrutura social do grupo.

São caciques – posto de interlocução direta com os mecanismos do Estado e terceiro setor; além de professoras, agentes de saúde, lideranças jovens. Estar no posto de cacique é estar disposta a servir sua comunidade, como assinala Luciano Baniwa (2006, p. 63) em estudo sobre a organização e estrutura social de povos indígenas no norte do país:

Nos povos indígenas, os chefes são mais servidores do povo do que chefes, uma vez que são responsáveis pelas funções de organizar, articular, representar e comandar a coletividade, mas sem nenhum poder de decisão, o qual cabe exclusivamente à totalidade dos indivíduos e dos grupos que constituem o povo. (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 64).

E complementa: “Outra característica [...] da organização social tradicional é a ausência de poder autoritário. Os chefes indígenas recebem tarefas, responsabilidades e serviços, mas não têm nenhum poder soberano sobre o grupo.” (LUCIANO BANIWA, 2006, p.64).

Como relata Cacique Senhora (pesquisa de campo, 2016), “meu povo me obedece porque eu obedeco meu povo”. Essa afirmação revela a horizontalidade das relações de poder. Nenhuma cacique – no universo da pesquisa – impõe o seu ponto de vista ou faz prevalecer seus interesses pessoais sobre os demais. Cada aldeia tem seus mecanismos decisórios, que envolvem sempre consultas a coletividade e a participação de lideranças, geralmente representantes das novas gerações e dos mais velhos.

Essa estruturação social pode favorecer processos colaborativos que irão redundar no fortalecimento de suas territorialidades. Nesse sentido, se buscou responder a seguinte indagação: quais as contribuições das caciques do médio e submédio São Francisco, no Estado da Bahia, na (re)construção de territorialidades indígenas e no desenvolvimento territorial?

Foram avaliadas, portanto, as contribuições das caciques, enquanto lideranças femininas, na construção de territorialidades indígenas e desenvolvimento territorial no médio e submédio São Francisco/ Bahia.

Os dados relativos à socioespacialidade indígena no Vale Sanfranciscano Bahia foram obtidos através da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) e da Fundação Nacional de Apoio ao Índio (FUNAI)¹, e consolidadas em campo, durante o período da pesquisa.

Vale ressaltar que não existe uma necessária compatibilização de dados por parte dos órgãos oficiais no que diz respeito a realidade indígena estadual, sobretudo sua dinâmica espacial. Assim, optou-se por trabalhar, na espacialização dos dados, apenas com os órgãos supracitados – IBGE (2012, 2013) e FUNAI (s/d) – e a necessária ratificação em campo.

O resultado é a presença indígena em 08 municípios do médio e submédio São Francisco (dados de 2016). Desses, cinco possuem pelo menos uma TI com a presença de cacique mulher. A representatividade feminina indígena no recorte espacial pesquisado é expressiva, totalizando 14 “cacicas”², pertencentes à 10 etnias³. Os números representados dentro dos limites dos municípios fazem referência a quantidade de agrupamentos étnicos no município, não representando, necessariamente, a quantidade de territórios indígenas, pois muitos agrupamentos permanecem em situação de desterritorialização, como no caso do município de Rodelas.

Fica evidenciado, na área de estudo, uma maior concentração indígena no submédio São Francisco, e a explicação se dá pelo fato de sua intensa presença anterior à colonização e também pela quantidade expressiva de aldeamentos até o século XVIII nesse trecho, grande parte em ilhas fluviais outrora produtivas, hoje submersas pelas barragens do rio.

¹ A Funai (2016) disponibiliza online uma plataforma com dados atualizados da situação territorial indígena por Estado e povo indígena.

² O termo cacica é amplamente utilizado pelo movimento indígena no Nordeste brasileiro e, na área abrangida, já foi incorporado na linguagem corrente entre todos os povos pesquisados.

³ Pankarú, Kiriri, Tuxá, Fulni-ô, Truká, Atikum, Kambiwá, Pankararé, Pankararú, Xucuru Kariri.

Nesse contexto socioespacial, é indubitável a liderança de mulheres indígenas, que, juntas aos seus povos, vem reescrevendo a história e geografia, em um ato de insurgência contra os silenciamentos impostos secularmente pelo Estado brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO

A compreensão da dinâmica socioespacial na área de estudo, na qual as mulheres indígenas vêm ocupando espaços de maior representatividade nos últimos anos, requer a análise das causas históricas que levaram a perda de seus territórios e de elementos de sua identidade étnica, entre esses, a língua e determinadas práticas espirituais⁴.

A conquista do território e formação do Brasil se deu, entre tantos outros processos violentos, através de uma geopolítica que envolveu a tentativa de extermínio dos povos ameríndios preexistentes a chegada dos colonizadores europeus. “[...] O que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo.” (CUNHA, 2012, p. 13).

Três políticas específicas, aplicadas em períodos diferentes, porém com sobreposições temporais, materializaram as tentativas de extermínio dos povos indígenas, tanto em território baiano como no Brasil em formação: guerra justa, conversão e mistura étnica.

Contra eles [indígenas] foram utilizadas todas as armas de extermínio, de desenraizamento e de degradação nas guerras de extermínio mais cruéis e nos atos de genocídio mais espantosos que registra a história humana. A escravidão, posteriormente, consumiu milhões de indígenas [...]. A catequese, atuando brutal e sutilmente segundo fosse mais eficaz, buscou perseverantemente romper com os cristais de seu espírito, obscurecendo-o. as pestes européias apodreceram seus corpos, muitas vezes através de campanhas propositais de contaminação, provocando depopulações espantosas. Finalmente, o indigenismo, falando de amparo e igualdade, representou outro flagelo que através de diversas formas de pressão, nominalmente persuasórias, mas também violentas, procurava forçar os indígenas a abandonar a teimosia de serem indígenas. (RIBEIRO, 1979, p. 599).

O início do século XX se depara com uma percepção, no campo institucional, sobre a descontinuidade de populações indígenas no Nordeste, já estando essas em estado

⁴ Cumpre esclarecer que a identidade étnica é dinâmica e passa por reelaborações onde as trocas estabelecidas com outros povos indígenas favoreceram ressignificações de sua ritualidade.

avançado de aculturação com os órgãos indigenistas atuando mais no sentido de integração regional. (OLIVEIRA, 1998).

De fato, no Nordeste prevalecia a ideia de que os grupos indígenas estavam definitivamente extintos, expressando uma “realidade produzida por decisões estatais de fundo jurídico.” (ARRUTI, 1995, p. 61).

Quando se lança um olhar acurado sobre a trajetória de violência impingida sobre os povos indígenas nordestinos (e também no Brasil como um todo) verifica-se que a mistura étnica e aculturação fez parte de uma longa política voltada para extinção desses povos e, na impossibilidade desta, na assimilação e homogeneização da população.

Nesse longo percurso de negociações e luta por terra e respeito, os povos indígenas baianos vêm se reinventando e, em nenhum momento, essa “invenção cultural” (BARTH, 1969; OLIVEIRA, 1993, 1998, 2006; ARRUTI, 1995, 2006) pode ser considerada ilegítima, pois como afirma Arruti (1995) a base de formação desses grupos é histórica, não sendo possível estabelecer um traçado linear entre os grupos étnicos atuais e “entidades imemoriais”.

Após séculos de tentativas de anulação cultural desses povos, observa-se uma retomada identitária, também denominada de etnogênese, emergência étnica, ressurgimento, entre outros termos em voga na antropologia. Oliveira (1993) alerta que “a descontinuidade que instaura os povos indígenas não é uma consequência de uma diferença cultural, mas sim uma produção da instância política, calcada em fatores históricos” portanto, a noção de naturalidade e/ou imemorialidade não favorece o reconhecimento de povos indígenas nordestinos.

A questão da identidade tratada por Barth (1969) também ressalta a natureza política da mesma. Para o autor, um grupo étnico não é assim designado por sua base cultural, dado que a cultura tem uma dinâmica têmporo-espacial; e sim pelos critérios que consideram válidos e que geram o sentimento de pertencimento pelos integrantes do grupo étnico.

Nesse sentido, Arruti (2006, p. 51) afirma que a etnogênese – que se coloca como oposto ao etnocídio enquanto extermínio sistemático de um estilo de vida – envolve a

construção de uma “autoconsciência e identidade coletiva contra uma ação de desrespeito com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos”, neste caso, o objetivo fundamental dos povos indígenas é o direito aos territórios historicamente ocupados ou a novos territórios e o respeito à diferença calcada no diálogo intercultural.

Buscando referenciar historicamente o empoderamento indígena em uma escala geográfica mais ampla, a literatura aponta que ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 consolidou-se o movimento indígena no Brasil, também denominado por Baines (2008) de ativismo político indígena, com um marco na Constituição de 1988, onde ocorreu o abandono de uma perspectiva assimilacionista e integracionista e o reconhecimento dos “direitos originários” dos indígenas sobre suas terras, além do reconhecimento dos mesmos com o direito de ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, podendo dispensar a FUNAI em tais ações (BAINES, 2008).

A retomada identitária leva ao empoderamento dos povos indígenas, fortalecendo o movimento indígena no país. O mesmo está relacionado com o desenvolvimento da consciência social e a capacidade de participação em espaços privilegiados de decisões em prol da conquista dos direitos sociais, possibilitando a superação da “dependência social e dominação política.” (PEREIRA, 2006).

Construindo a territorialidade a partir de antigos ou novos territórios, os povos indígenas ressignificam as diversas dimensões que se materializam no espaço geográfico: política, cultural, econômica e natural, ressaltando que é a territorialidade que dá “unidade a ação dos sujeitos sociais.” (SOUZA; PEDON, 2007, p. 133).

Assim, a reafirmação identitária e o empoderamento de povos indígenas no Vale Sanfranciscano estão intrinsecamente relacionados com a construção de suas territorialidades (antigas e novas).

A dinâmica socioterritorial do Vale Sanfranciscano vem passando por sucessivos ciclos, muitas vezes sobrepostos espaço temporalmente com características multiescalares, e, a partir do século XX, originados de políticas estatais relacionados ao desenvolvimento energético brasileiro. Com o barramento do rio para estabilização das usinas, foram

implantados projetos de irrigação e outros incentivos de ação governamental, densificando o espaço com objetos técnicos voltados sobretudo para uma agricultura irrigada direcionada a exportação.

Essa nova lógica de desenvolvimento territorial não considerou as características socioculturais dos povos tradicionais do Vale, tampouco buscou atender as reivindicações territoriais históricas dos povos indígenas.

Nesse contexto de complexificação territorial do Vale Sanfranciscano ao longo do século XX, o movimento indígena consolida-se no país apresentando um mosaico de reivindicações de 305 etnias (IBGE, 2012), tendo como base comum a luta pelo direito e reconhecimento à diferença étnica e ao território.

Os povos indígenas nordestinos também participaram ativamente do movimento indígena em Brasília durante os anos 1987 – 1988 e, em várias aldeias do Vale, foram recolhidos relatos da participação de mulheres no movimento nesse período. A partir de então, existe uma grande permuta de experiências nos diversos encontros promovidos por órgãos indigenistas (FUNAI, SESAI, entre outros) e também pelo próprio movimento indígena, onde se observa a construção de aprendizagens significativas voltadas aos interesses dos povos indígenas.

Matos (2012) em pesquisa sobre a questão de gênero e povos indígenas no norte do país, assevera que, com a abertura política brasileira e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, ocorre uma alteração na dinâmica dos papéis femininos na sociedade indígena, com uma maior participação fora da esfera doméstica, ainda que inicialmente de maneira complementar à luta de lideranças masculinas.

Em um segundo momento verifica-se uma maior participação das mulheres no movimento indígena, como efeito da atuação de organizações indígenas e as políticas de financiamento para demandas indígenas com diretrizes atendendo especificidades de gênero (MATOS, 2012).

Nesse cenário de intensas trocas interétnicas dentro do movimento indígena e deste com a sociedade não indígena, emergem novas possibilidades de atuação política de mulheres indígenas, tal como pontua Matos (2012):

Mediante a atual situação de supervalorização da esfera pública no contexto das relações interétnicas e intergrupais e os consequentes desajustes nas relações de gênero, as mulheres indígenas passaram a se preocupar, cada vez mais, em ocupar os diversos espaços públicos, tanto no campo de ação da política indigenista como também da política indígena. (MATOS, 2012, p. 147 – 148).

Trazer a perspectiva de gênero para a análise espacial de questões indígenas requer um certo cuidado principalmente no que tange a atuação de mulheres indígenas no contexto do movimento feminista, uma vez que, como ressalta Kaxuyana (2007 apud PAULA, 2008, p. 56),

[...] somente a alguns anos as mulheres indígenas passaram a se organizar como movimentos femininos para discutir questões de gênero. Na maioria das vezes as suas demandas são para questões da saúde e educação indígena, sem se atentarem para o enfoque de gênero.

Matos (2010), ao discorrer sobre a evolução histórica do movimento feminista explicita que a inclusão de uma diversidade identitária e étnica ("diferenças intragênero") é característica da 'terceira onda' do feminismo, a partir dos anos 1990, onde se critica o movimento centrado na perspectiva da mulher branca.

Atualmente, pode-se asseverar que as pautas relativas à gênero e povos indígenas se inserem na 'quarta onda do feminismo', com o reconhecimento intelectual da mulher. Inserção, na agenda internacional, do empoderamento feminino como condição para se efetivar o desenvolvimento sustentável⁵, além da articulação em rede do movimento feministas.

As retomadas que ocorreram com bastante intensidade no Vale Sanfranciscano (BA, PE e AL) a partir da década de 1990 (MELLO; GERLIC, 2015) intensificou as trocas sociais e experiências em diferentes funções pulverizando o que seria uma tradicional

⁵ Tal como preconizado no Objetivo 5 da Agenda 2030 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

divisão sexual do trabalho, ampliando espaços de atuação e interlocução entre os agentes sociais, para além da questão de gênero.

A própria realidade indígena nordestina favoreceu e favorece uma menor rigidez entre os contornos de atuação que envolve a questão de gênero. Muito está em jogo. Séculos de aculturação e de violentas tentativas de assimilação cultural por parte do Estado brasileiro, envolvendo a negação do direito ao território, dialeticamente fortaleceu a luta dos povos indígenas e a consciência crítica de sua realidade socioterritorial.

Nesse contexto de luta histórica, homens e mulheres indígenas vem contribuindo para as conquistas que consideram justas e necessárias, conforme reflete Ramos (2015, p. 21), indígena Pankararú da TI Entre Serras (PE): “nas questões indígenas, uma luta nunca está isolada das outras [...] a luta principal sempre será a terra, pois sem terra não há saúde, educação, [...] sustentabilidade. Portanto, todas as ações do movimento indígena são articuladas e colaborativas.”

A inclusão de pautas relacionadas às questões de gênero no movimento indígena, podendo ser destacado o empoderamento feminino, o combate à violência de gênero e a criação e implantação de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento socioterritorial com o recorte de gênero, está presentificadas na realidade socioespacial pesquisada.

Para os povos indígenas do Vale Sanfranciscano, além das pautas apresentadas, outros elementos entram em questão na discussão sobre gênero, pois são povos que estabelecem intensas trocas culturais com a sociedade envolvente desde o período colonial, e sua tradição, cultura e função social de cada indivíduo apresentam maior maleabilidade em relação a grupos com menor fricção interétnica, como os citados por Luciano Baniwa (2006).

O fato da presença de mulheres em cargos de liderança em várias aldeias, não apenas caciques, mas professoras contratadas, agentes de saúde, técnicas de informática, entre outras, já é um indicativo de uma maior permeabilidade a modelos diversos de divisão sexual do trabalho que não aqueles rigorosamente estabelecidos na tradição indígena com pouca fricção interétnica, até mesmo porque esses povos do Vale, através de longo

contato com sociedade não indígena experienciam outros modelos de divisão sexual do trabalho além de ressignificações de suas tradições conforme já tratado no capítulo anterior.

A participação de mulheres no movimento indígena e na articulação com outras instâncias da sociedade e do movimento indigenista toma contornos específicos na realidade nordestina, particularmente na área investigada.

Existe uma expressiva densidade de caciques mulheres nas 17 Terras Indígenas (TI) abrangidas pela análise espacial em curso: 13 têm a presença de pelo menos uma cacique mulher, perfazendo 87% das TI. Do total de TI no médio e submédio São Francisco, Bahia, foram consideradas apenas 15 na obtenção do percentual de caciques mulheres por TI, pois nessas foi possível realizar o levantamento.

Nessas TI, a cacique com maior tempo de liderança é a Sra. Maria Kiriri, perfazendo 26 anos de cacicado (entrevista direta, 2015), ou seja, desde 1989, um ano após a promulgação da nova Constituição brasileira, em um momento histórico onde as mulheres indígenas do norte do país estavam amadurecendo sua atuação no movimento indígena.

Ressalta-se mais uma vez a especificidade histórica e geográfica do Nordeste como área de colonização antiga, onde a intensidade de trocas favoreceram a emergência do cadinho de culturas ao qual Sampaio (1905) já fazia referência no início do século XX, incidindo inclusive, em novas formas e modelos de organizações sociais e construções de territorialidades.

Conforme já abordado, a divisão sexual do trabalho em sociedades tradicionais possui contornos bem definidos, cabendo aos homens os cargos de liderança e de interlocução com as instâncias governamentais e movimento indigenista. No entanto, existem especificidades que podem indicar um caminho para compreensão da quantidade e importância das caciques mulheres (além de outras posições de liderança ocupadas por mulheres indígenas) na área estudada.

Dentre elas vale sinalizar que no Nordeste as relações dos povos indígenas com a sociedade não indígena está situada historicamente no processo de formação e consolidação do território brasileiro, com forte carga de imposição cultural sobre os primeiros, portanto, as trocas e amálgama com a cultura e sociedade envolvente favoreceram outras construções e representações de gênero com reestruturações dos papéis para homens e mulheres.

Tais reestruturações não estão necessariamente relacionadas à instauração de conflitos ou rupturas étnicas nesses grupos sociais. Tampouco a pleitos diretamente relacionados a questões de gênero. O empoderamento de lideranças femininas, incluindo caciques mulheres, parte de demandas originadas no interior do grupo social, onde se reconhece naquela mulher as condições e atributos necessários para que represente a comunidade externamente.

Não se tratam de mulheres conquistando espaços historicamente ocupados pelos homens – ainda que tais discussões possam ocorrer no interior do movimento indígena; e sim o reconhecimento do grupo social e o respaldo espiritual sobre aquela mulher que, empoderada na condição de cacique, passa a ser reconhecida como ‘mãe de todos’ e também como ‘guerreira’, termo recorrentemente utilizado pelos indígenas ao se referirem às mulheres que estão em cargos de liderança nas aldeias.

Outra especificidade a ser abordada é a questão de políticas energéticas que refletiram e impulsionaram novos (re)ordenamentos territoriais no Vale Sanfranciscano, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Entre esses se destacam os relacionados ao reassentamento de diversos grupos sociais, tais como sem-terra, indígenas, quilombolas e ex-barrageiros.

Olalde, Oliveira e Germani (2007) pontuam o modelo de desenvolvimento territorial no médio e submédio São Francisco, pautado em formas de acesso à terra através de projetos de reforma agrária, de crédito fundiário, de delimitação de terras quilombolas e indígenas, o qual vem valorizando as terras da região, com a implantação de projetos de irrigação e outros incentivos de ação governamental desde a década de 1970. Esse processo tem densificado o espaço com objetos técnicos voltados sobretudo para uma agricultura irrigada direcionada a exportação.

Sobre os grupos familiares de pequenas propriedades, os povos tradicionais reterritorializados, cabe o questionamento sobre as territorializações em curso, pois, como indica Haesbaert (2011), as mesmas podem se dar de forma precária, incluindo aí processos de desterritorialização na mobilidade e também na imobilidade, esta última ocorrendo quando, apesar do acesso à terra, não se tem acesso a infraestrutura, instrumentalização técnica e insumos necessários para se garantir a subsistência e reprodução física e cultural no novo território.

Esse processo de engessamento, denominado por Martins (1997) de inclusão social precária ou territorialização perversa, demonstra que mesmo com acesso garantido a terra, a mesma não basta, pois existe aí uma contradição envolvendo o território e “vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.” (MARTINS, 1997, p. 15).

Se, de um lado a intensificação da presença dos capitais especulativos acentuou a precarização das condições de sobrevivência dos grupos sociais menos favorecidos, por outro lado adensou os movimentos sociais de base, com uma significativa rede colaborativa em prol do efetivo desenvolvimento das populações tradicionais, envolvendo as Pastorais da Igreja Católica, Organizações Não Governamentais (ONG), pesquisadores e assessorias técnicas.

Cabe ressaltar que os intercâmbios realizados possibilitam o contato com lideranças diversas, homens e mulheres, e que o trabalho desenvolvido por voluntários do movimento indigenista e pelas Pastorais junto às populações tradicionais, tem como princípio a formação de lideranças – homens e mulheres – para que a comunidade possa se empoderar e buscar, com a maior autonomia possível, seus direitos além de construir as bases do desenvolvimento considerando os seus valores materiais e espirituais.

Corroborando o exposto, Sacchi e Gramkow (2012) analisam o empoderamento de mulheres indígenas brasileiras indicando a atual dinâmica sociopolítica e econômica do país como responsáveis por tal transformação. Para as autoras Sacchi e Gramkow (2012) a assunção de mulheres indígenas por suas famílias e comunidades está relacionada inclusive a questão territorial: territórios restritos e com pouca estrutura,

ausência de alternativas econômicas e falta de estrutura. Essa análise se aproxima muito da realidade socioterritorial vivenciada pelas indígenas do Vale Sanfranciscano.

Uma outra especificidade a ser registrada é a emergência de novos grupos étnicos ou a formação de grupos a partir da Aldeia Mãe. Exemplificando, existem os Pankarú da Serra do Ramalho, vindos da TI Pankararú, PE e os Truká Tupan de Paulo Afonso, originários de Cabrobó, PE.

Tais grupos, mesmo apresentando um etnônimo próprio e lutando por um território, se consideram pertencentes ao grupo étnico de origem, apesar de gozarem de autonomia política e acabarem por apresentar novos traços culturais em suas práticas ritualísticas e territoriais. Tal emergência favoreceu o aumento do número de territórios indígenas, os quais demandam o surgimento de novas lideranças nas comunidades localizadas no Vale.

Oliveira (1998) apontou a presença de 10 etnias na década de 1950 e, em 1994, 23 etnias no Nordeste. Dados de 2012 (IBGE, 2012) apontam 10 etnias somente no médio e submédio cursos do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia, e esse número aumenta para 19 etnias, ao considerar, nesses trechos, Pernambuco e Alagoas.

Essa nova configuração socioespacial demanda a presença de lideranças a frente de cada comunidade, não sendo possível se fixar em modelos tradicionais (somente lideranças masculinas) quando para além das questões de gênero tais grupos estão mais ocupados em lutar por demandas de sobrevivência imediata e reprodução de seu modo de vida, tais como acesso à terra, saúde, educação, geração de renda e o direito de serem cidadãos diferenciados perante o Estado brasileiro (MATOS, 2012).

Os indicadores de uma possível abertura para novos modelos de divisão sexual do trabalho, com uma maior permeabilidade para a atuação de mulheres indígenas em atividades fora da esfera doméstica, incluindo aí atividades relacionadas a representação de seus povos em esferas públicas da sociedade não indígena, podem ser assim resumidos:

- a) Nordeste como área de colonização antiga. Maior fricção interétnica e processos de imposição cultural como mecanismo de aculturação e assimilação dos povos tradicionais;
- b) Reordenamentos territoriais no Vale Sanfranciscano, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com impactos profundos nos territórios tradicionais, incluindo perdas territoriais em razão da construção de barragens; e
- c) Etnogêneses ou formação de novos grupos étnicos a partir de um desmembramento do grupo étnico original.

Tais indicadores, fracionados intencionalmente com o propósito de um acurado escrutínio, estão imbricados e sua compreensão passa pelo entendimento que não é possível, no fato social aqui analisado – a presença de mulheres indígenas em posições de liderança – propor uma regra ou uma tipologia que explique suficientemente quando e quais as razões pelas quais ocorreram uma ruptura entre um modelo tradicional da divisão sexual do trabalho, com cargos de liderança e representatividade do grupo social de responsabilidade exclusiva de pessoas do sexo masculino; e os novos modelos emergentes, com uma maior representatividade de mulheres liderando seu povo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez a visão não indígena esteja muito mais arraigada a noção do que é ser tradicional principalmente em questões relativas a divisão sexual do trabalho do que os próprios povos tradicionais, imersos em seus desafios seculares de reconhecimento e afirmação de seus direitos identitários e socioterritoriais.

As especificidades apresentadas indicam um caminho para compreensão das (re)organizações socioespaciais em curso na área de estudo e a participação ativa das caciques mulheres na melhoria das condições de sobrevivência de suas comunidades.

No atual cenário de desafios econômicos, sociais, ambientais e políticos emerge a mulher indígena em papéis de liderança em suas comunidades e dentro do movimento indígena.

As experiências políticas contemporâneas das caciques indicam um reposicionamento das mulheres no movimento indígena, contribuindo na sua complexificação, e trazendo o debate sobre a questão de gênero na atual fase do movimento indígena.

Nesse contexto socioespacial pesquisado, o empoderamento e participação política de mulheres indígenas não ocorre a partir de contradições das relações de gênero mapeadas pelo movimento feminista contemporâneo, assim, a construção de novos paradigmas na abordagem de gênero são necessários em outras alteridades e contextos socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 57-94.
- _____. *Etnogêneses Indígenas*. 2006. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/nobrasilatual/quemsao/etnogeneses-indigenas>>. Acesso em: 30 out. 2016.
- BAINES, Stephen Grant. *Identidades Indígenas e ativismo político no Brasil: depois da constituição de 1988*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. (Série Antropologia, v. 418).
- BARTH, Frederic. *Ethnic groups and boundaries*. 1969. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week_4/Barth_Introduction_Ethnic_Groups_and_Boundaries_.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. *Terras indígenas*. Plataforma de dados online. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 1 out. 2016.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. e. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43 – 71.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. *Gênero e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012. p. 140 – 171.

- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.
- MELLO, Gabriela Saraiva de; GERLIC, Sebastián. (Org.). 2015. *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste*. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/LIVRO-MOVIMENTOS-CARTOGRAFICOS-FINAL_web.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.
- OLALDE, Alicia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Ines. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no médio São Francisco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Anais.* 2007. p. 01 – 17.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no nordeste. In: PETI, Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil. *Atlas das terras indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993.
- _____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- _____. Fronteiras étnicas e identidades emergentes. RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. (Editores). *povos indígenas do Brasil: 2001 – 2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 477 – 479.
- PAULA, Luís Roberto de. A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: VERDUM, Ricardo (Org.). *Mulheres Indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008. p. 55 – 64.
- PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (Empowerment). 2006. Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- RAMOS, Elisa Urbano. Memórias que educam. In: MELLO, Gabriela Saraiva de; GERLIC, Sebastián. (Org.). *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste*. 2015. p. 19 – 21. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/LIVRO-MOVIMENTOS-CARTOGRAFICOS-FINAL_web.pdf>. Acesso em 25 nov. 2016.
- RIBEIRO, Darcy. Indigenato e campesinato. *Revista de Cultura Vozes*, ano 73, v. LXXIII, n. 8, p. 589 – 602, 1979.
- SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. Introdução. In: _____. *Gênero e povos indígenas*. Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio, FUNAI, 2012. p. 15 27.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Seção Três Lagoas, n. 6, ano 4, nov. 2007, p. 126 – 148.